



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 80

Proc.: 34259/13
Oscar

Rubrica

PROCESSO Nº: 34.259/2013-B**JURISDICIONADA:** Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF**ASSUNTO:** Representação**EMENTA:** Credenciamento. Inexigibilidade. Secretaria de Saúde. Serviços de ressonância magnética. Representação Conjunta. Mérito. Diligência. Ministério Público aquiesce. Voto de acordo com a Unidade Técnica.

RELATÓRIO

Tratam os autos da análise de contratos celebrados entre o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, decorrentes do Edital de Credenciamento nº 02/2012, tendo por objeto a contratação de estabelecimentos prestadores de serviços de Ressonância Magnética Nuclear.

Antes dos autos serem analisados pela Unidade Técnica, o Ministério Público junto ao TCDF ofereceu a Representação Conjunta nº 02/2014-CF, subscrita pelas Procuradoras Cláudia Fernanda de O. Pereira e Márcia Farias (fls. 5/9), que foi conhecida, pela Decisão nº 1931/2014 (fl. 25).

Em seu voto, o Conselheiro-Relator desses autos se posicionou nos seguintes termos: “(...) *Compulsando os autos, verifico assistir razão ao Corpo Técnico. De fato, restam comprovadas irregularidades apenas com relação aos procedimentos para contratação da empresa Radiograph Clínica de Imagem Ltda., atendendo o requisito de admissibilidade. (...)*” (fl. 23) (grifo do original)

Diante disso, a unidade técnica informa que procedeu a análise das informações prestadas pela SES/DF (fls. 54/68) relacionadas às irregularidades na contratação da empresa Radiograph Clínica de Imagem Ltda.



Analizou, ainda, a regularidade do respectivo edital de credenciamento. Além disso, nos itens 3 e 4 constam informações oferecidas pela SES que não foram questionadas pelo Plenário.

A unidade técnica, por meio da Informação nº 213/2014 (fls. 70/75), procedeu à análise da documentação trazida aos autos.

1. DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

1.1 Legislação aplicável

6. *Conforme determinado na Constituição Federal de 1988, é dever do Estado garantir saúde a todos, cabendo ao órgão ministerial da área dispor das condições necessárias para a promoção, proteção e recuperação da saúde, melhorando a qualidade de vida da população usuária.*

7. *Para tanto, a Carta Magna criou o Sistema Único de Saúde – SUS, organizado e orientado para a defesa do interesse coletivo e que tem seus serviços administrados pelos governos federal, estaduais e municipais e por organizações cujo objetivo é garantir a prestação de serviços gratuitos a qualquer cidadão.*

8. *Para prestar atendimento a toda população do país, as ações do Ministério da Saúde são, em sua maior parte, descentralizadas para os estados e municípios, que convivem com as demandas específicas de cada região. Ao Ministério fica a responsabilidade de implantar políticas nacionais, coordenar e fiscalizar a execução a cargo das pessoas políticas referidas.*

9. *É com base nesse desenho que a Secretaria de Saúde do DF tem como objetivo geral consolidar o Sistema Único de Saúde observando os princípios doutrinários da Universalidade, Equidade e Integralidade, num sistema descentralizado, regionalizado, hierarquizado, com resolubilidade, participação dos cidadãos e complementaridade do setor privado dentro das prioridades e linhas de ação do SUS/DF.*

10. *Tomando-se a saúde como direito fundamental, cabe ao Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, devendo fazer o que for preciso para alcançar tal objetivo. Neste contexto, em locais onde há falta de serviços públicos, ou cuja demanda não consegue o Estado atender, o SUS*



realiza a contratação de serviços dos particulares, para que não falte assistência às pessoas. Desse modo, hospitais e laboratórios passam a integrar à rede SUS, tendo que seguir seus princípios e diretrizes.

11. *A CF prevê esta participação complementar das instituições privadas no Sistema Único de Saúde em seu artigo 199:*

“Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.”

12. *A Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes, assim disciplina o assunto:*

“Art. 4º

(...)

§ 2º A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

(...)

Art. 24. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Parágrafo único. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.

Art. 25. Na hipótese do artigo anterior, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 26. Os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovados no Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º Na fixação dos critérios, valores, formas de reajuste e de pagamento da remuneração aludida neste artigo, a direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá fundamentar seu ato em demonstrativo econômico-financeiro que garanta a efetiva qualidade de execução dos serviços contratados.

§ 2º Os serviços contratados submeter-se-ão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

(...)

§ 4º Aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados é vedado exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde (SUS).”



13. *Apesar de o 8º do art. 22 da Lei nº 8.666/93 vedar a criação de novas modalidades licitatórias alguns órgãos públicos tem se utilizado de outras “modalidades” de procedimento para contratação de prestadores de serviços especializados, entre elas o credenciamento.*

14. *Marçal Justen Filho:*

“Mas somente se impõe a licitação quando a contratação por parte da Administração pressupuser a competição entre os particulares por uma contratação que não admita a satisfação concomitante de todos os possíveis interessados.

A obrigatoriedade da licitação somente ocorre nas situações de exclusão, em que a contratação pela Administração com determinado particular exclua a possibilidade de contratação de outrem.

(...)

Sempre que a contratação não caracterizar uma ‘escolha’ ou ‘preferência’ da Administração por uma dentre diversas alternativas, será desnecessária a licitação.

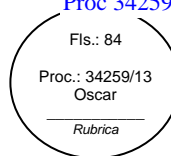
Nessa hipótese, em que não se verifica a exclusão entre as contratações públicas, a solução será o credenciamento. A Administração deverá editar um ato de cunho regulamentar, fundado no reconhecimento da ausência de contratação de um número indeterminado de particulares, no qual serão estabelecidos as condições, os requisitos e os limites não apenas das futuras contratações como também para que os particulares obtenham o credenciamento – ato formal por meio do qual o particular é reconhecido como em condições de contratação”.

15. *Segundo a doutrina e órgãos de controle, o credenciamento se enquadra no art. 25 da Lei nº 8.666/93, que trata da inexigibilidade, na medida em que os casos previstos na legislação constituem rol exemplificativo de hipóteses de inexigibilidade, diferente do que ocorre no art. 24 da mesma Lei que se refere a rol taxativo de hipóteses.*

16. *Ao realizar o credenciamento a Administração deve respeitar os princípios elencados no art. 3º da Lei nº 8.666/93, devendo tratar todos os interessados de forma igualitária, por força do princípio da isonomia.*

17. *As cláusulas do edital devem assegurar a plena consecução do interesse público, sem qualquer condição restritiva que possa importar em privilégios a uns e prejuízos a outros.*

18. *No credenciamento, os interessados em prestar os serviços pretendidos pelo órgão público promovem sua habilitação mediante a apresentação de documentos comprobatórios da qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e de regularidade fiscal, tal como exigido nos art. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93.*



19. Após analisar a documentação, o órgão divulga a lista dos credenciados, que serão convocados a participar de um sorteio para contratação do serviço especificado no edital de credenciamento. A contratação é feita com base em valores previamente definidos pela Administração.

1.2 Check List de Regularidade da Contratação

20. O check list em anexo (fl. 69) demonstra que, exceto quanto ao cumprimento do caput do art. 26 da Lei nº 8.666/93, as formalidades exigidas foram cumpridas.

21. O artigo mencionado diz que as situações de inexigibilidade devem ser ratificadas e publicadas na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. No caso, a ratificação ocorreu em 01/11/13 e a publicação em 20/12/13.

22. No entanto, a falha de caráter meramente formal não demanda medidas adicionais por parte desta Corte de Contas.

2. DA CONTRATAÇÃO DA RADIOGRAPH

23. Na Representação Conjunta nº 02/2014-CF o MPjTCDF questionou irregularidades na contratação da empresa Radiograph Clínica de Imagem Ltda.

24. A metodologia a seguir adotada trará o questionamento feito pelo MPjTCDF, o constatado nos autos e a conclusão desta área técnica.

2.1 Das vistorias realizadas

2.1.a Questionamento do MPjTCDF:

“a) vistorias iniciais:

1. vistoria realizada por técnicos da Subsecretaria de Vigilância Sanitária da SES em 22.10.12 (fl. 73 e seguintes*):

Desfavorável à contratação pelos seguintes motivos: ausência de licença da vigilância sanitária devido à falta de projeto básico de arquitetura por não aprovação da área para RNM; a área de RNM não consta da licença sanitária; ausência de aprovação do projeto físico conforme RDC Anvisa nº 50/02; estabelecimento em reforma; ausência de estruturas complementares (sala de indução e recuperação anestésica, posto de enfermagem, área de detecção de metais e área de comando compatível: 6 m²); o projeto básico de arquitetura deverá ser avaliado cuidadosamente por sugerir o uso de contraste e sedação; corredor interno estreito; necessita de melhorias no depósito de materiais de limpeza; falta de avaliação quanto à capacidade da recepção para receber pacientes da Rede Pública; áreas que sugerem dificuldades para pacientes



transportados em macas; e a entrada não possui condições de receber pacientes transportados em ambulância;

2. vistoria realizada por técnicos da Subsecretaria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle da SES em 22.01.13 (fl. 82 e seguintes):*

Desfavorável à contratação pelos seguintes motivos: ausência de certificação de qualidade e de comprovação da existência de físico responsável; o equipamento de RNM não está em funcionamento; não há área para troca de roupa de pacientes e guarda de pertences; e sala de exames sem sinalização na porta sobre o campo magnético.

b) pedido de arquivamento: os responsáveis pela clínica foram comunicados dos resultados das vistorias, mas optaram por não responder (fls. 91/92, 98 e 100). Os autos, então, foram encaminhados para arquivamento em 18.03.13 (fl. 101*);*

c) novas vistorias:

O arquivamento determinado não ocorreu e foi juntado aos autos novo relatório de técnicos da Subsecretaria de Vigilância Sanitária, de 11.03.13 (fl. 103 e seguintes), no qual foi apontada a aptidão da empresa para a contratação. Não há informação sobre o solicitante da reavaliação e não há abordagem direta sobre os motivos para inaptidão anterior. Foram registradas ações que a empresa deveria fazer, como manter controle sobre as manutenções, manter um supervisor de proteção radiológica, estabelecer posto de enfermagem para procedimentos com uso de contraste ou anestesia, manter equipamentos e medicamentos para possíveis intercorrências nos atendimentos, implantar procedimentos para atendimento dos pacientes do SUS, além de avaliar a capacidade da recepção da clínica para o aumento de demanda provocada por pacientes do SUS.*

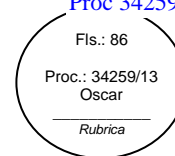
Foi verificada, posteriormente (25.09.13), a ausência de nova avaliação pelos técnicos da Subsecretaria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle da SES (fl. 315). Esta foi concluída em 02.10.13 (fls. 326/329*) sendo registrada a ausência de comprovação do físico, o equipamento de RNM não estava em operação, não havia área para troca de roupa do paciente e guarda de pertences durante a realização dos exames e sala de exames não possuía sinalização na porta sobre o campo magnético. São constatações já visualizadas anteriormente e que resultaram na inaptidão. Porém, o novo relatório foi favorável à contratação da empresa.*

De relevo notar que o equipamento de RNM ainda não estava em operação."

2.1.b Resposta da SES

25. *Apesar da cópia da Representação ter sido encaminhada na íntegra à SES, esta não se pronunciou sobre os tópicos abordados neste item 2 – Da Contratação da RadioGraph.*

26. *Não obstante, tendo como base a documentação encaminhada pelo MPJTCDF, esta área técnica pôde realizar análise.*



2.1.c Análise

27. *No que se refere à vistoria realizada pelos técnicos da Diretoria de Vigilância Sanitária, de fato, a vistoria inicial realizada em 22/01/2013 concluiu que a empresa estava NÃO APTA (fl.73**).*

28. *Independente dos motivos, nova vistoria foi feita em 11/03/2013 e a empresa foi considerada APTA. A empresa sanou as deficiências apontadas nos relatórios anteriores: “ausência de certificação de qualidade e de comprovação da existência de físico responsável; o equipamento de RNM não está em funcionamento; não há área para troca de roupa de pacientes e guarda de pertences; e sala de exames sem sinalização na porta sobre o campo magnético”. Após adequações, a área técnica responsável, Diretoria de Vigilância Sanitária, julgou que a empresa Radiograph estava APTA ao credenciamento de estabelecimentos prestadores de serviços de RNM, para o atendimento do SUS/DF (fls. 102/105**).*

29. *Entendemos que a matéria, neste caso, não demanda ações pela Corte, visto que Relatório de Vistoria foi emitido pela área técnica da SES/DF, que possui competência legal para a realização de vistorias nos estabelecimentos de saúde.*

30. *No que se refere à utilização do aparelho de RNM, o Relatório de Vistoria Técnica (fls. 326/329*) realizado em 02/10/2013 apontou que o aparelho ainda não estava em atividade. Entretanto, após consulta ao Sistema SIGGO (consulta feita em 18/11/2014), constatamos que nenhum pagamento foi feito à Radiograph nos anos de 2012 e 2013. Portanto, entendemos que não há nenhuma irregularidade, uma vez que a máquina está apta a funcionar. E, apesar de não estar em funcionamento nenhum pagamento foi feito não, logo, não há irregularidade.*

2.2 Demais documentos exigidos para contratação

2.2.a Questionamento do MPJTCDF:

“Os responsáveis pela clínica foram convocados para apresentação da documentação necessária à contratação em 27.05.13 (fl. 107), a qual foi conferida em 05.08.13 (fl. 284*). Nessa fase, merecem registros:*

a) a proposta comercial não contém a descrição do estabelecimento com fotos, como exigido no Edital, seção III, item I.d, nem validade até o fim do contrato, Item I.f (fls. 3, 162/166);*



b) em relação à habilitação jurídica: foi juntada cópia da 9ª alteração contratual, porém não está especificada a execução das atividades previstas no Credenciamento, de acordo com o exigido no Edital, seção III, item II.i; e também não há comprovação de cumprimento do art. 7º, XXXIII, CF (Edital, seção III, item 11.1);

(...)

c) em relação à regularidade fiscal: a comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes do GDF aponta atividade restrita à consultas contrariando o Edital, seção III, item III.b; e o certificado de regularidade com o FGTS não estava válido na data da conferência (Edital, seção III, item III.e);

d) em relação à qualificação técnica:

1. o atestado de capacidade técnica não diz respeito especificamente a serviços de RNM (Edital, seção III, item IV.b).

2. a empresa fez acostar documento no qual afirma não necessitar de Administrador com registro por tratar-se de clínica e não de hospital (fl. 166*). Porém, essa não é a interpretação que se extrai da Resolução nº 293/04 do Conselho Federal de Administração. Segundo a norma, o sócio com função administrativa precisa de registro de Administrador. Prevalecendo esse entendimento, a ausência desse profissional na empresa estaria contrária ao previsto no Edital, seção III, item IV.c;

3. a licença para funcionamento expedida pela SES não estava válida na data da conferência, contrariando o Edital, seção III, item IV.e;

4. sobre a declaração de inexistência de vínculo do dirigente da empresa com o SUS, foi indicado o nome do sócio Bruno Rodrigues Queiroz (fl. 571, De fato, esse dirigente não possui vínculo com o SUS de acordo com consulta ao SIGRH. O referido sócio assinou documentos como representante legal da empresa (fl. 69*).

Todavia, esse sócio deixou o quadro societário da contratada em 25.06.13, pouco antes da celebração do contrato com a SES. Assumiu a função de representante legal Luciana Rodrigues Queiroz Ribeiro (fl. 112, 116*), sendo, inclusive, a signatária da proposta comercial (fls. 163/165, 354*) e do contrato com a SES (fl. 379*). Essa constatação materializaria nova contrariedade ao Edital, seção III, item IV.g, visto que a nova representante legal é médica radiologista da SES desde 28.10.03, lotada no HBDF, de acordo com consulta ao SIGRH.

O nome da sócia e representante legal da empresa foi, posteriormente, alterado para Luciana Rodrigues Queiroz de Souza (fls. 165, 351/3551. Essa sócia é esposa de outro sócio da empresa, Gleim Dias de Souza, também médico radiologista da SES desde 08.04.03, lotado no HBDF, de acordo com consulta ao SIGRH. Outro sócio, Arnaldo Queiroz Ribeiro, é médico radiologista aposentado da SES, também de acordo com consulta ao SIGRH.

Aduz-se que os sócios Luciana Rodrigues Queiroz de Souza, Gleim Dias de Souza e Arnaldo Queiroz Ribeiro foram indicados como "pessoal técnico adequado e disponível da entidade para a realização do objeto" da contratação visando o atendimento do requerido no Edital, seção III, item IV.d (fl. 1631.

5. a Ficha de Cadastro de Estabelecimento de Saúde não traz informações sobre os profissionais do SUS que lá trabalham e nem a existência de equipamento de RNM (fls. 136/138*), contrariando o Edital, seção III, item IV.i."



2.2.b Resposta da SES

31. *Assim como exposto no item 2.1.b a Secretaria não se posicionou sobre o assunto, apesar de ter sido encaminhada cópia na íntegra da Representação e ela ter se posicionado sobre todos os demais itens, que não foram conhecidos pela Decisão nº 1931/14.*

2.2.c Análise

32. *Como não houve posicionamento da SES e nos autos, não localizamos documentação que possa elucidar os questionamentos trazidos pelo MPJTCDF, sugerimos que, a Pasta encaminhe documentação referente aos tópicos indicados na Representação a seguir listados:*

“a) a proposta comercial não contém a descrição do estabelecimento com fotos, como exigido no Edital, seção III, item I.d, nem validade até o fim do contrato, Item I.f (fls. 3, 162/166);*

b) em relação à habilitação jurídica: foi juntada cópia da 9ª alteração contratual, porém não está especificada a execução das atividades previstas no Credenciamento, de acordo com o exigido no Edital, seção III, item II.i; e também não há comprovação de cumprimento do art. 7º, XXXIII, CF (Edital, seção III, item 11.1);

(...)

c) em relação à regularidade fiscal: a comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes do GDF aponta atividade restrita à consultas contrariando o Edital, seção III, item III.b; e o certificado de regularidade com o FGTS não estava válido na data da conferência (Edital, seção III, item III.e);

d) em relação à qualificação técnica:

1. o atestado de capacidade técnica não diz respeito especificamente a serviços de RNM (Edital, seção III, item IV.b).

2. a empresa fez acostar documento no qual afirma não necessitar de Administrador com registro por tratar-se de clínica e não de hospital (fl. 166). Porém, essa não é a interpretação que se extrai da Resolução nº 293/04 do Conselho Federal de Administração. Segundo a norma, o sócio com função administrativa precisa de registro de Administrador. Prevalecendo esse entendimento, a ausência desse profissional na empresa estaria contrária ao previsto no Edital, seção III, item IV.c;*

3. a licença para funcionamento expedida pela SES não estava válida na data da conferência, contrariando o Edital, seção III, item IV.e;

4. sobre a declaração de inexistência de vínculo do dirigente da empresa com o SUS, foi indicado o nome do sócio Bruno Rodrigues Queiroz (fl. 571, De fato, esse dirigente não possui vínculo com o SUS de acordo com consulta ao SIGRH. O referido sócio assinou documentos como representante legal da empresa (fl. 69).*

Todavia, esse sócio deixou o quadro societário da contratada em 25.06.13, pouco antes da celebração do contrato com a SES. Assumiu a função de representante legal



Luciana Rodrigues Queiroz Ribeiro (fl. 112, 116), sendo, inclusive, a signatária da proposta comercial (fls. 163/165, 354*) e do contrato com a SES (fl. 379*). Essa constatação materializaria nova contrariedade ao Edital, seção III, item IV.g, visto que a nova representante legal é médica radiologista da SES desde 28.10.03, lotada no HBDF, de acordo com consulta ao SIGRH.*

O nome da sócia e representante legal da empresa foi, posteriormente, alterado para Luciana Rodrigues Queiroz de Souza (fls. 165, 351/3551). Essa sócia é esposa de outro sócio da empresa, Gleim Dias de Souza, também médico radiologista da SES desde 08.04.03, lotado no HBDF, de acordo com consulta ao SIGRH. Outro sócio, Arnaldo Queiroz Ribeiro, é médico radiologista aposentado da SES, também de acordo com consulta ao SIGRH.

Aduz-se que os sócios Luciana Rodrigues Queiroz de Souza, Gleim Dias de Souza e Arnaldo Queiroz Ribeiro foram indicados como "pessoal técnico adequado e disponível da entidade para a realização do objeto" da contratação visando o atendimento do requerido no Edital, seção III, item IV.d (fl. 1631).

5. *a Ficha de Cadastro de Estabelecimento de Saúde não traz informações sobre os profissionais do SUS que lá trabalham e nem a existência de equipamento de RNM (fls. 136/138*), contrariando o Edital, seção III, item IV.i."*

3. DOS EQUIPAMENTOS DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA

33. *O quantitativo de equipamentos de RNM está sendo tratado neste item, pois a Representação Conjunta questionou o assunto em seu item II.b. Embora a matéria não tenha sido acolhida pelo Plenário, a SES apresentou as informações que se seguem.*

34. *Em relação ao total de equipamentos de RNM próprios da SES, considerando modelo, localização, demanda mensal atendida a partir de janeiro de 2012, tipos de exame realizados, e possíveis limitações ao uso do equipamento e respectivas responsabilidades, como falta de mão de obra, falta de condições do local de instalação, reduzido horário de funcionamento, obsolescência do equipamento, falta de manutenção e período de paralização a SES/DF se manifestou nos seguintes termos:*

*"(...) Em relação ao total de equipamentos de RNM próprio, a Diretoria de Patrimônio informou que **consta incorporado ao patrimônio da SES/DF, apenas um equipamento de Ressonância Magnética**, do modelo SYMPHONY, nº de série 0000000000001342, registrado sob o nº 01902.001212 – FHDF, **localizado no Núcleo de Radiologia e Imageologia do Hospital de Base do Distrito Federal**, conforme Relatório de Dados Gerais. Informação corroborada pela Subsecretaria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle – SUPRAC, que informa constar apenas um equipamento de RNM, no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – SCNES/DATASUS/MS.*

*Segundo a informação da Gerência de Apoio Diagnóstico **este único equipamento não possui condições de atender nem 10% da demanda existente**, além de ter sua*



utilização restringida, uma vez que não possui bobina de mama e nem Estação de Trabalho (Workstation), mesmo estando coberto por contrato de manutenção vigente. (...)"

35. *No que tange a aquisição de novos equipamentos de RNM, está em tramitação na Secretaria o processo nº 060.006.453/2011, que tem como objetivo a aquisição de 03 (três) novos aparelhos de RNM para uso nos Hospitais da Rede SES-DF. Inicialmente, o processo restou em um pregão fracassado, pois a única empresa que apresentou proposta possuía preço acima do estimado pela SES/DF (fl. 66/67). Após o fracasso do pregão o processo passou por retificação no Termo de Referência e se encontra em nova tramitação.*

36. *Informou também que, no Termo de Referência - TR constam especificações técnicas mínimas exigidas para o aparelho, os locais de instalação (Hospital Regional de Sobradinho, de Santa Maria e Hospital de Base), e que não possui previsão de contrato de manutenção, pois, o contrato de manutenção deve ser realizado após a compra, uma vez que não há como prever qual será o equipamento adquirido e quem será o vencedor do Certame Licitatório. Consta ainda no processo, a previsão de todas as obras e equipamentos necessários para que a vencedora entregue os Equipamentos em pleno funcionamento.*

37. *Ressaltou que o insucesso na conclusão do processo se deu por apenas uma empresa apresentar proposta, e esta conter um valor superior ao estimado na pesquisa de preços, tendo por isso o certame fracassado.*

38. *Finalizou esclarecendo que o processo de aquisição encontra-se em tramitação na Subsecretaria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle, para adequação orçamentária.*

39. *Diante de todo o exposto pela Pasta pode concluir que: a) existe apenas um equipamento de RNM em funcionamento na SES, localizado no Hospital de Base, e este equipamento não possui condições de atender nem 10% da demanda e; b) em relação à aquisição de novos equipamentos o certame restou fracassado, pois a única unidade que apresentou proposta possuía preço acima do estimado na pesquisa de preços, mas está passando por adequação orçamentária para que possa ser levado adiante.*



4. OUTRAS INFORMAÇÕES

40. A SES encaminhou também documentação referente a: a) quantitativo de exames realizados mensalmente; b) cumprimento das previsões edilícias quanto às formalidades para pagamento; c) identificação de outros prestadores de serviços de RNM por instrumentos diferentes do Credenciamento nº 02/2012; d) variação mensal de demanda reprimida de exames de RNM a partir de 2012; e e) quantitativo de demandas judiciais mensais por exames de RNM a partir de janeiro de 2012.

41. Frisamos que tais questões, embora constem da Representação Conjunta nº 02/2014-CF, não foram acolhidas pela Corte.

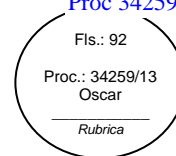
4.1 Quantitativo de exames realizados mensalmente

42. A Secretaria encaminhou informações relativas ao quantitativo de exames realizados mensalmente detalhado por empresa contratada, tipo de exame, valor pago e fonte de recurso, e avaliou se foram respeitados os tipos, quantitativos e valores de exame estipulados no Edital do Credenciamento e no respectivo contrato, o uso de recursos federais para pagamento de tabelas diferenciadas para remuneração desses serviços, assim como a responsabilidade por possíveis falhas.

43. Relatou que o quantitativo de exames realizados pelas contratadas varia mensalmente, dependendo da demanda e do índice de abstenção dos pacientes marcados, sendo respeitados os limites contratados.

44. Segundo o informado, os atestos das Notas Fiscais são feitos respeitando-se a relação nominal encaminhada mensalmente pela área responsável, onde constam os exames e os pacientes atendidos por cada prestador. Valor pago aos prestadores do serviço corresponde a R\$ 403,12 (quatrocentos e três Reais e doze centavos) para todos os tipos de Ressonância Magnéticas elencadas no anexo A do Edital de Credenciamento, com exceção do exame referente ao Coração/Aorta com Cine-RM, cujo valor ficou determinado em R\$ 541,87 (quinhentos e quarenta e um Reais e oitenta e sete centavos), valores esses aprovados pelo Conselho de Saúde do Distrito Federal.

45. Os quantitativos da Produção Ambulatorial de RNM assim como a produção do Hospital de Base do DF para o período de 2012 e 2013, estão relacionados nas Tabelas I-IV. (fl. 69)



46. *Como se pode constatar das Tabelas I à IV acima a Pasta detalhou a produção ambulatorial dos prestadores de serviços e do Hospital de Base do DF para os anos de 2012 e 2013.*

4.b Cumprimento das previsões edilícias quanto às formalidades para pagamento

47. *Apesar de não ter sido reconhecido pelo relator, o MPJTCDF questionou o cumprimento das previsões edilícias quanto às formalidade para pagamentos, às obrigações das contratadas e ao controle avaliação, vistoria e fiscalização pela SES, assim como avaliação de possíveis falhas.*

48. *Sobre o assunto a Secretaria se manifestou nos seguintes termos:*

Acerca do cumprimento das formalidades para pagamento dos serviços prestados, no que concerne ao Núcleo de Diagnose por Imagem, área responsável pelo contrato, todas as Notas Fiscais do serviço em questão são atestadas, mediante comprovação de realização dos exames por relação nominal de pacientes atendidos encaminhada mensalmente pelo Núcleo de Regulação de Exames. Assim, estando comprovada a realização do exame e não havendo divergências, as Notas Fiscais atestadas são direcionadas ao setor de pagamento, no caso de haver divergências entre as informações, realiza-se a glosa.

Ademais, a Subsecretaria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle – SUPRAC/SES informou que:

"11.a.3. Em relação à realização de vistoria em estabelecimentos de saúde para credenciamento, informamos que o Relatório de Vistoria Técnica emitido em 02/10/2013 considerou o estabelecimento Radiograph Clínica da Imagem Ltda. APTO ao credenciamento, baseado no Relatório de Vistoria Técnica nº 003/2013 – NITN, datado de 11 de março de 2013, encaminhado por meio do Memorando nº 86/2013 de 05/04/2013, que apresentou parecer conclusivo considerando o estabelecimento APTO ao credenciamento, anexo." (fl. 61) (grifamos)

49. *No que tange às formalidades para o pagamento, as notas fiscais são devidamente atestadas após comprovação da realização dos exames por relação nominal de pacientes atendidos encaminhada pela área responsável.*

4.c identificação de outros prestadores de serviços de RNM por instrumentos diferentes do Credenciamento nº 02/2012

50. *A SES/DF encaminhou documentação referente a outros prestadores de serviços de RNM contratados ou conveniados por instrumentos diferentes do Credenciamento nº 02/2012, detalhado por documento de formalização, prestadora do serviço, modelo do equipamento, localização, demanda mensal a partir de janeiro de 2012, quantitativo e tipo de exames realizados, valor pago e*



fonte de recursos 51. Segundo a informação ofertada pelas áreas técnicas da SES, além das empresas Clínica Radiologia Alvorada, Clínica Diagnostikk S.O e Serviços Hospitalares Yuge, a Clínica Brasília de Radiologia e a DASA (Diagnósticos da América), também foram contratados para prestar serviços de Ressonância Nuclear Magnética, todas contratadas com base no Edital de Credenciamento nº 02/2012.

52. A lista de todos os prestadores registrados e a respectiva demanda mensal atendida encontra-se expressa nos valores de produção ambulatorial de ressonância magnética extraída do sistema de Informação Ambulatorial – SAI/DATASUS/MS, referido nas Tabelas I e II desta Informação.

53. Quanto aos valores adotados para o pagamento dos exames, segundo a Gerência de Apoio Diagnóstico, este foi o mesmo para todos os prestadores.

54. No que diz respeito à utilização de recursos federais para pagamento de tabela diferenciada, observa-se no Edital de Credenciamento nº 02/2012 que a seção XIV (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS) traz a informação que a despesa será paga no Programa de Trabalho nº 10.302.6202.4205.0001, natureza de despesa nº 2 33.90.39, sendo R\$ 9.786.000,00 (nove milhões, setecentos e oitenta e seis mil reais) financiado por recurso federal (fonte 138) e R\$ 4.892.820,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa e dois mil, oitocentos e vinte Reais) de contrapartida da SES-DF (fonte 100).

55. A SES relatou quais são os outros prestadores do serviço de RNM, as demandas mensais atendidas, assim como o documento de formalização para a prestação do serviço.

4.d Variação mensal de demanda reprimida de exames de RNM a partir de 2012

56. Sobre a demanda reprimida de exames de RNM a partir de 2012, a SES encaminhou as Tabelas V e VI a seguir:

Tabela V: Demanda reprimida de exames de RNM no ano 2012

Procedimento	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.
	jan-12	fev-12	mar-12	abr-12	mai-12	jun-12	jul-12	ago-12	set-12	out-12	nov-12	dez-12
Ressonância Magnética	7.650	7.367	8.137	8.535	8.831	9.321	10.603	10.560	10.923	11.553	12.221	9.997

Fonte: Relatório Técnico nº 045/2014 – DFLCC/COR/RES


Tabela VI: Demanda reprimida de exames de RNM no ano 2013

Procedimento	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.	Qnt.
	jan-13	fev-13	mar-13	abr-13	mai-13	jun-13	jul-13	ago-13	set-13	out-13	nov-13	dez-13
Ressonância Magnética	9.997	8.419	7.740	6.575	5.803	4.434	2.565	413	212	239	196	219

Fonte: Relatório Técnico nº 045/2014 – DFLCC/COR/RES

57. Como se pode constatar das tabelas acima existe um elevado quantitativo de demanda reprimida para os exames de RNM que tem sido em diminuído pela contratação dos prestadores de serviços como as empresas elencadas no item 4.c desta Informação.

4.e Quantitativo de demandas judiciais mensais por exames de RNM a partir de janeiro de 2012

58. No que se refere ao quantitativo de demandas judiciais mensais por exames de RNM a partir de janeiro de 2012 a SES informou que:

“(…) Quanto às demandas Judiciais, a área responsável (Núcleo de Judicialização) informa que:

“(…) Em 2012, foram recebidas 19 ações judiciais, cujo objeto era Ressonância Magnética, da qual 01 (uma) foi contratada por este Núcleo de Judicialização, AFM nº 22/12, de 15/03/2012, em anexo. Já em relação ao ano de 2013 e 2014, foram recebidas 17 e 06 ações judiciais, cujo objeto era Ressonância Magnética, respectivamente. Entretanto, não houve contratação por este Núcleo de Judicialização, todos os processos foram encaminhados para o setor responsável (DIREG)’.

Questionada a respeito do quantitativo de demandas judiciais, a Diretoria de Regulação – DIREG/SES informou que o sistema informacional utilizado pelo setor não apresenta esta opção de filtro de solicitação.(…)” (fl. 66)

5. CONCLUSÃO

59. O check list em anexo demonstrou que, exceto quanto ao cumprimento do caput do art. 26 da Lei nº 8.666/93 as formalidades exigidas foram cumpridas. Não obstante, a falha de caráter meramente formal não demanda medidas adicionais por parte desta Corte de Contas.

60. No que se refere à contratação da Radiograph, inicialmente relatório de vistoria apontou que o estabelecimento não estava apto a ser credenciado. No entanto, após ter sanado as falhas apontadas, a área técnica julgou que a empresa passou a ser APTA ao credenciamento para prestação do serviço de ressonância magnética nuclear pelo SUS. O relatório de inspeção emitido pela vigilância sanitária pontuou que o aparelho ainda não estava em funcionamento,



no entanto, após consulta ao SIGGO verificamos que nenhum pagamento foi feito, logo não há irregularidades uma vez que não foram feitos pagamentos por serviços não prestados.

61. O MPjTCDF questionou também, regularidade dos demais documentos exigidos para a contratação, sobre esse ponto a SES não se pronunciou. Portanto deve encaminhar documentação esclarecendo os seguintes pontos, referentes à contratação da empresa Radiograph Clínica de Imagem Ltda.:

- a. *proposta comercial sem descrição do estabelecimento com fotos, como exigido no Edital, seção III, item I.d, nem validade até o fim do contrato, Item I.f;*
- b. *em relação à habilitação jurídica:*
 - i. *especificação da execução das atividades previstas no Credenciamento, de acordo com o exigido no Edital, seção III, item II.i;*
 - ii. *comprovação de cumprimento do art. 7º, XXXIII, CF (Edital, seção III, item 11.1);*
- c. *em relação à regularidade fiscal:*
 - i. *comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes do GDF relativo ao estabelecimento, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do credenciamento (Edital, seção III, item III.b);*
 - ii. *certificado de regularidade com o FGTS inválido na data da conferência (Edital, seção III, item III.e);*
- d. *em relação à qualificação técnica:*
 - i. *o atestado de capacidade técnica comprovando experiências anteriores especificamente a serviços de RNM (Edital, seção III, item IV.b).*
- e. *esclarecimento sobre a necessidade de Administrador com registro no Conselho Federal de Administração, uma vez que a interpretação que se extrai da Resolução nº 293/04 é sobre a necessidade de tal. Segundo a norma, o sócio com função administrativa precisar de registro de*



Administrador. Prevalecendo esse entendimento, a ausência desse profissional na empresa (Edital, seção III, item IV.c);

- f. licença para funcionamento expedida pela SES não estava válida na data da conferência (Edital, seção III, item IV.e);*
- g. declaração de inexistência de vínculo do dirigente da empresa com o SUS (Edital, seção III, item IV.g)*
- h. ficha de Cadastro de Estabelecimento de Saúde sem informações sobre os profissionais do SUS que lá trabalham e nem existência de equipamento de RNM (Edital, seção III, item IV.i)*

62. *Em atenção ao total de equipamentos de RNM próprios da SES, foi informado que existe apenas um aparelho em uso, localizado no HBDF.*

63. *No que tange a aquisição de novos equipamentos, a área técnica informou que está em tramitação na Secretaria o processo nº 060.006.453/2011, que tem como objetivo a aquisição de 03 (três) novos aparelhos de RNM para uso nos Hospitais da Rede SES-DF. Inicialmente, o processo restou em um pregão fracassado, pois apenas uma empresa apresentou proposta e o preço ofertado era superior ao estimado pela Pasta. Por esse motivo, o Termo de Referência esta sendo retificado e está tramitando novamente.*

64. *Encaminhou também documentação referente a: a) quantitativo de exames realizados mensalmente; b) cumprimento das previsões edilícias quanto às formalidades para pagamento; c) identificação de outros prestadores de serviços de RNM por instrumentos diferentes do Credenciamento nº 02/2012; d) variação mensal de demanda reprimida de exames de RNM a partir de 2012; e e) demandas judiciais mensais por exames de RNM a partir de janeiro de 2012.*

65. *A Decisão Normativa nº 03/2011, art. 1º determina que:*

“Art. 1º Nos processos em curso no tribunal de Contas do Distrito Federal, quando constatada alguma irregularidade cuja correção implique modificação ou desconstituição de ato administrativo ou adoção de qualquer outra medida tendente a afetar interesse ou direito de terceiros, a instrução deverá sugerir, preliminarmente, a necessária audiência dos interessados, diretamente ou por intermédio do respectivo jurisdicionado, conforme o caso, com vistas ao cumprimento do preceituado no art. 5º, inciso Lv, da Constituição Federal.”

66. *Portanto, sugerimos o encaminhamento de cópia desta Informação à empresa Radiograph Clínica de Imagem Ltda.*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 97

Proc.: 34259/13
Oscar*Rubrica*

O Ministério Público, por meio do Parecer nº 131/2015-CF (fls. 79/79-v), aquiesce às sugestões emanadas da Unidade Técnica.

É o relatório.



VOTO

Tratam os autos da análise de contratos celebrados entre o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, decorrentes do Edital de Credenciamento nº 02/2012, tendo por objeto a contratação de estabelecimentos prestadores de serviços de Ressonância Magnética Nuclear.

Encontravam-se os autos na Unidade Técnica, quando o Ministério Público junto ao TCDF ofereceu a Representação Conjunta nº 02/2014-CF, subscrita pelas Procuradoras Cláudia Fernanda de O. Pereira e Márcia Farias (fls. 5/9). A representação foi conhecida pela Decisão nº 1931/2014 (fl. 25).

Registre-se o voto do Relator Conselheiro Paulo Tadeu que se posicionou nos seguintes termos: “(...) *Compulsando os autos, verifico assistir razão ao Corpo Técnico. De fato, restam comprovadas irregularidades apenas com relação aos procedimentos para contratação da empresa Radiograph Clínica de Imagem Ltda., atendendo o requisito de admissibilidade. (...)*” (fl. 23) (grifo do original)

Nesse sentido, a unidade técnica procedeu a análise das informações prestadas pela SES/DF (fls. 54/68) relacionadas, primordialmente, às irregularidades na contratação da empresa Radiograph Clínica de Imagem Ltda.

Além disso, analisou a regularidade do respectivo edital de credenciamento bem como outras informações oferecidas pela SES que não foram questionadas pelo Plenário.

Quanto à contratação da Radiograph, a unidade técnica assinala que o relatório de vistoria apontou que o estabelecimento não estava apto a ser credenciado. No entanto, após ter sanado as falhas apontadas, a área técnica julgou que a empresa



passou a ser apta ao credenciamento para a prestação do serviço de ressonância magnética nuclear pelo SUS.

No que se refere à utilização do aparelho de RNM, ressalta que o Relatório de Vistoria Técnica realizado em 02/10/2013 apontou que o aparelho ainda não estava em atividade. Além disso, após consulta ao Sistema SIGGO, realizada em 18/11/2014, a unidade técnica constatou que nenhum pagamento havia sido feito à Radiograph nos anos de 2012 e 2013.

Nesse sentido, a unidade instrutiva concluiu que não houve nenhuma irregularidade, bem como não se verificou nenhum pagamento.

No que tange ao questionamento do MPjTCDF quanto aos demais documentos exigido na contratação, a unidade técnica relata que a SES não se pronunciou a respeito.

Em vista disso, propõe que a SES encaminhe esclarecimentos referentes à contratação da empresa Radiograph Clínica de Imagem Ltda., quanto aos seguintes pontos do edital:

- a. proposta comercial sem descrição do estabelecimento com fotos, exigido no Edital, seção III, item I.d nem validade até o fim do contrato, Item I.f;
- b. em relação à habilitação jurídica:
 - i. especificação da execução das atividades previstas no Credenciamento, de acordo com o exigido no Edital, seção III, item II.i;
 - ii. comprovação de cumprimento do art. 7º, XXXIII, CF (Edital, seção III, item 11.1);
- c. em relação à regularidade fiscal:



- i. comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes do GDF relativo ao estabelecimento, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do credenciamento (Edital III, item III.b);
 - ii. certificado de regularidade com o FGTS inválido na data da conferência (Edital, seção III, item III.e);
- d. em relação à qualificação técnica:
- i. o atestado de capacidade técnica comprovando experiências anteriores especificamente a serviços de RNM (Edital, seção III, item IV.b);
- e. esclarecimento sobre a necessidade de Administrador com registro no Conselho Federal de Administração, uma vez que a interpretação que se extrai da Resolução nº 293/04 é sobre a necessidade de tal. Segundo a norma, o sócio com função administrativa precisar de registro de Administrador. Prevalecendo esse entendimento, a ausência desse profissional na empresa (Edital, seção III, item IV.c);
- f. licença para funcionamento expedida pela SES não estava válida na data da conferência (Edital, seção III, item IV.e);
- g. declaração de inexistência de vínculo do dirigente da empresa com o SUS (Edital, seção III, item IV.g)
- h. ficha de Cadastro de Estabelecimento de Saúde sem informações sobre os profissionais do SUS que lá trabalham e nem a existência de equipamento de RNM (Edital, seção III, item IV.i)

Quanto ao total de equipamentos de RNM próprios da SES, a unidade técnica informa que existe apenas um aparelho em uso, sendo este localizado no HBDF.



No que tange a aquisição de novos equipamentos, a unidade técnica relata, de acordo com informações da SES, que tramita na Pasta o processo nº 060.006.453/2011, tendo por objetivo a aquisição de 03 (três) novos aparelhos de RNM para uso nos Hospitais da Rede SES-DF. Informa, também, que o processo restou em um pregão fracassado, uma vez que apenas uma empresa apresentou proposta e o preço ofertado era superior ao estimado pela SES. Por esse motivo, o Termo de Referência está sendo retificado e tramitando novamente.

Registra, ainda, que a SES encaminhou documentação referente ao: a) quantitativo de exames realizados mensalmente; b) cumprimento das previsões edilícias quanto às formalidades para pagamento; c) identificação de outros prestadores de serviços de RNM por instrumentos deferentes do Credenciamento nº 02/2012; d) variação mensal de demanda reprimida de exames de RNM a partir de 2012; e e) demandas judiciais mensais por exames de RNM a partir de janeiro de 2012.

Por fim, a unidade técnica fez referência à Decisão Normativa nº 03/2011, art. 1º que determina: *“Nos processos em curso no tribunal de Contas do Distrito Federal, quando constatada alguma irregularidade cuja correção implique modificação ou desconstituição de ato administrativo ou adoção de qualquer outra medida tendente a afetar interesse ou direito de terceiros, a instrução deverá sugerir, preliminarmente, a necessária audiência dos interessados, diretamente ou por intermédio do respectivo jurisdicionado, conforme o caso, com vistas ao cumprimento do preceituado no art. 5º, inciso Lv, da Constituição Federal”*, e diante dessa determinação, sugere o encaminhamento de cópia da Informação nº 213/2014 (fls. 70/75) à empresa Radiograph Clínica de Imagem Ltda.

O Ministério Público, por meio do Parecer nº 131/2015-CF (fls. 79/79-v), considerando a necessidade de os autos baixarem em diligência, aquiesce às sugestões emanadas da Unidade Técnica.



Assim, em decorrência das informações e conclusões da instrução,
VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento do Ofício nº 2170/2014-GAB/SES;
- II. determine à Secretaria de Estado de Saúde que apresente esclarecimentos acerca das possíveis irregularidades listadas no § 61 da Informação nº 213/2014;
- III. encaminhe cópia da citada informação à empresa Radiograph Clínica de Imagem Ltda., conforme Decisão Normativa nº 03/2011, art. 1º;
- IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as providências de estilo.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2015.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator